

A história trazida à luz:  
O Instituto do Ceará e as análises acerca dos povos  
indígenas

Ana Alice Miranda MENESCAL<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História e Cultura do Brasil-Universidade de Lisboa  
E-mail: [ana.alice.menescal@gmail.com](mailto:ana.alice.menescal@gmail.com)

## A HISTÓRIA TRAZIDA À LUZ: O INSTITUTO DO CEARÁ E AS ANÁLISES ACERCA DOS POVOS INDÍGENAS

### RESUMO

O presente artigo analisa a perspectiva apresentada pelos intelectuais do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) sobre os povos indígenas. A argumentação apresentada pelos intelectuais tem base na concepção de “história-ciência” assimilada pelos homens de letras do século XIX, com algum resquício da perspectiva romântica que a antecede. A ideia de história-ciência fica patente na apresentação de crônicas dos séculos XVI e XVII, tomadas por documentos. O artigo é parte da pesquisa desenvolvida no Curso de Doutorado em História da Universidade de Lisboa.

**PALAVRAS CHAVE:** Indígenas. Intelectuais. Instituto do Ceará.

### ABSTRACT

This article analyzes the perspective presented by intellectuals of the Institute of Ceará on indigenous peoples. The arguments presented by scholars is based on the concept of "history-science" assimilated for the thinkers of the nineteenth, with some remnant of the romantic perspective that precedes it. The idea of "history-science" is evident in the presentation of the chronicles of the sixteenth and seventeenth centuries, taken by documents. The article is part of the research developed in a Doctorate Course in History at the University of Lisbon.

**KEYWORDS:** Indigenous. Intellectuals. Institute of Ceará.



## O INSTITUTO DO CEARÁ: ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Fundado no século XIX, o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) enquadra-se na perspectiva da intelectualidade brasileira daquela época. No Brasil, o século XIX foi período de formação do caráter nacional e de grande afirmação intelectual, assim como do desenvolvimento de pensamentos inspirados nos conhecimentos adquiridos pelos bem nascidos em estudos realizados no continente europeu ou em faculdades instaladas em solo pátrio, mas com formação voltada para as teorias em moda na Europa.

O pensamento era fundamentalmente a unificação da sociedade orientando a tentativa de criar a nação brasileira e a sociedade nacional. Para tanto, era preciso estruturar uma história do Brasil e das regiões, convencendo a sociedade da importância dos acontecimentos ainda pouco estudados, algumas vezes apenas supostos para criar, na diversidade dos grupos sociais, o sentimento nacional e a unidade da nação. Mas, como fazê-lo?

As academias ilustradas contribuíram imenso para a fundação da história nacional no Brasil. Segundo Manoel Luís Salgado Guimarães, essas academias “conheceram seu auge na Europa nos fins do século XVII e no século XVIII”(GUIMARÃES, 1988, p. 5). Por influência lusa, no Brasil ainda no correr do setecentos, surgiram as primeiras instituições ilustradas que se tem conhecimento, ambas na Bahia: a Academia Brasílica dos Esquecidos<sup>2</sup>, em 1724; e, a Academia Brasílica dos Renascidos<sup>3</sup>, em 1759. Os Esquecidos duraram cerca de um ano e os Renascidos, por volta de seis meses. Os institutos ou academias eram modelos elitistas, os *escolhidos* não conquistavam espaço na agremiação propriamente por seus dotes intelectuais. O ingresso se dava, fundamentalmente, por razões econômicas ou políticas. A representatividade social determinava, em geral, o acesso às academias de letrados. Mesmo assim, não se pode negar o grande contributo dessas associações, ou seja, a produção historiográfica delas resultante. Outras instituições vieram a nascer e morrer ao longo dos anos.

É já no século XIX, a partir do ano de 1838, que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB inicia suas atividades, inspirado no modelo do Instituto Histórico de Paris e servindo de molde para agremiações posteriores.

<sup>2</sup> Cf.: D'ALVAREZ, Martins. *Academia Brasileira dos Esquecidos*. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, Tomo LX, 188-197, 1946; SCARPARO, Marcelo Kochenborger. **História e Representações do espaço na Academia Brasileira dos Esquecidos (Salvador, 1724-25)**. 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/28960/000774118.pdf?sequence=1>>.

<sup>3</sup> Cf. PESSOTI, Bruno Casseb. *Elites letradas luso-brasileiras e o discurso histórico na Bahia setecentista*. In: ANAIS DO II ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL. **Mneme – Revista de Humanidades. UFRN**. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008.



Segundo Lília Schwarcz, o intuito desses institutos era: “construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos” (SCHWARCZ, 1993, p. 99). Tal projeto correspondia à necessidade do império brasileiro de criar vínculos entre o imperador e a população. Destarte, o IHGB foi fundado, com bênçãos imperiais.

A história ganha destaque, sendo vista como “amálgama da sociedade” (WEHLING, 1999, p. 29), efetivada como “expressão da identidade nacional” (WEHLING, 1999, p.29). Mas essa própria *brasilidade* ainda havia de ser construída, sendo esta a função primordial do Instituto: produzir a história da nação, de modo que esta fosse compartilhada por intelectuais e pelo restante da sociedade (WEHLING, 1999). Decorre disto a criação dos institutos locais nas várias Províncias do Brasil, pois o IHGB não seria suficiente para agregar situações específicas das demais regiões. Segundo Arno Wehling, “no documento em que se informam os objetivos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, já existe afirmação nacionalista: devem ser estimulados os estudos monográficos (regionais) e as histórias gerais do Brasil” (WEHLING, 1999, p. 38).

Na década de 70, do século XIX, teorias como, o positivismo, o evolucionismo, o social-darwinismo e o naturalismo adquirem força em território brasileiro, trazendo mudanças no modo de pensar. A difusão de ideias partia não só das faculdades, mas dos próprios Institutos também. O discurso evolucionista em voga na Europa colocou, muitas vezes, a questão racial como explicação à defasagem do Brasil em relação ao velho mundo (SCHAWRCZ, 1993). Havia quem defendesse a ideia de que a miscigenação ocasionava um enfraquecimento da raça branca<sup>4</sup>.

A influência do IHGB tanto na criação de Institutos regionais ou locais, como na formação de uma identidade nacional ou local é patente. Foram criados, à sua semelhança, por exemplo, o *Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano* (IAHGP) em 1862, o *Instituto do Ceará* (Histórico, Geográfico e Antropológico) em 1887 e o *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia* (IGHB) em 1894.

Sobre o Ceará no sétimo decênio do oitocentos, Eduardo Lúcio Guilherme Amaral nos informa: “vivia a Província, desde o início dos anos 70, quadro de vigorosa expressão intelectual, com a fundação de vários círculos letrados na capital e no interior” (AMARAL, 2002, p.93).

<sup>4</sup> Como exemplo do exposto podemos citar os trabalhos do historiador inglês Thomas Buckle (**History of the English civilization**. London: s/e, 1845); do fisiologista francês Louis Couty (**O Brasil de 1884 – Esboços sociológicos**. Rio de Janeiro: MEC, 1984 (primeira edição de 1884)); **A escravidão no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988 (primeira edição de 1881)) e do filósofo ítalo-argentino José Ingenieros (**O homem medíocre**. s/l: Skipper, s/d). Cf. SCHWARCZ, 1993.

Exemplos disto são a *Academia Francesa*, o *Reform Club*<sup>5</sup>, o *Gabinete Cearense de Leitura* e o *Cosmos Científico*.

Houve também uma tentativa de criação do Instituto do Ceará em 1877, mas, por questões políticas, ela não vingou. Sem a necessária aprovação dos estatutos institucionais pelo Governo Provincial, seria impossível a continuação do projeto. Sendo governo conservador, contrário ao suposto liberalismo veiculado pelo futuro Instituto, não foi possível seguir com a empreita (NOBRE, 1977). Somente dez anos depois, teve lugar a criação do Instituto do Ceará. A Revista do Instituto do Ceará (RIC) veio no mesmo ano de sua fundação e junto com ela discussões e análises relativas à identidade local e aos povos indígenas da região, entre outros temas, e a publicação de documentos.

## TRAJETÓRIA DO INSTITUTO DO CEARÁ (HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ANTROPOLÓGICO)

O Instituto do Ceará inicia suas atividades no dia 4 de março de 1887, tendo como objetivo principal “tornar conhecidas a historia e a geographia da provincia e concorrer para o desenvolvimento das letras e sciencias”, conforme Art. 1º § 1º de seus estatutos (ESTATUTOS, 1887, p. 9)<sup>6</sup>.

O destaque social e político da instituição no final do século XIX se devia à representatividade de seus membros, todos reconhecidos intelectuais da sociedade cearense, alguns ligados ao ensino atuando, na Província, como professores do Liceu do Ceará, da Escola Normal ou da Escola Militar, outros eram políticos, médicos e jornalistas.

Além da visibilidade profissional, o envolvimento político, ainda que não dissesse respeito à cargos diretos, era forte. De fato, a atuação dos intelectuais do Instituto do Ceará não ficava limitada a esta agremiação, segundo Eduardo Lúcio G. Amaral (2002, p. 31-32),

Quase todos participaram, uma vez na vida pelo menos, de algum grêmio literário cearense. A moda intelectual do momento primava pela inserção nesses grêmios, verdadeiras congregações de interesses intelectuais, políticos e estéticos, que tiveram ampla penetração em toda a Província, desde o início da década de 70 do século XIX.

<sup>5</sup> Cf.: AZEVEDO, Sânzio de. **A Academia Francesa do Ceará**. Fortaleza: Casa José de Alencar/UFC, 1971; BARREIRA, Dolor. *A Academia Francesa do Ceará*. In: BARREIRA, Dolor. **História da Literatura Cearense**. (Ed. Fac-similar). Fortaleza: Instituto do Ceará, 1986; CAMPOS, Eduardo. **Capítulos da História da Fortaleza do século XIX – o social e o urbano**. Fortaleza: UFC, 1985.

<sup>6</sup> Mantivemos a grafia do texto original. O mesmo procedimento será tomado nas demais citações retiradas do material coletado na *Revista do Instituto do Ceará*.

A formação desse grupo de intelectuais, por certo, estava ligada à Escola de Direito de Recife, pois alguns dos nomes do Instituto do Ceará completaram seus estudos naquele centro de formação (AMARAL, 2002, p. 34). É importante lembrar, também, que a distância dos grandes centros colocava Ceará e Pernambuco em condição semelhante quanto à possibilidade de representação política no Brasil. Deste modo, em Recife, segundo Lília Schwarcz, os “pesquisadores viviam ao menos a certeza que representavam a vanguarda científica no Brasil” (SCHWARCZ, 1993, p. 150-151) e, atrevemo-nos a dizer que a condição dos intelectuais cearenses aproximava-se à dos pernambucanos. Apesar das diferenças econômicas existentes entre as Províncias, no convívio e nas discussões sobre as teorias em voga nas décadas de 1870 e 1880, os filhos de ambas Províncias estavam juntos nos mesmos círculos e em proximidade de condições, por sua distância dos centros políticos e diminuição de poder político com a centralização do governo.<sup>7</sup>

O Instituto do Ceará se manteve em destaque por muitos anos, devido aos nomes de seus fundadores e a visibilidade social dos membros. Porém, em dado momento, por diversas razões, este destaque esmaece.

A associação entre religião e ciência era clara nas abordagens dos sócios do Instituto do Ceará. Até certo ponto, o convívio foi possível entre homens de fé e homens de ciência, mas o crescente processo de laicização da sociedade letrada ia aos poucos levando o Instituto para uma situação de descrédito pelos intelectuais de sua terra.

Para comprovar o convívio inicial da fé e da ciência entre os membros do Instituto do Ceará, em 1889 tomou posse como associado, Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, capitalista cearense, defensor do cientificismo e maçom. Seu discurso fazia alusão à estagnação da fé e a incansável atividade da ciência, disse Pompeu:

Merecimento houvesse nessa quietude, intencional do *espírito*, e seriam estes os eleitos da fé, os patriarcas do immobilismo, por terem sacrificado todos os gozos corpóreos à sua aquisição, a almejada morte da faculdade de pensar. Mas viver é o contrário disto: e na concorrência vital das inteligências primam as que são enérgicas e dispõem de noções mais completas sobre a evolução do indivíduo e das sociedades. (SOUSA BRASIL FILHO, 1889, p. 107)

Ainda mais evidente que sua defesa pelo cientificismo é a colocação final da sessão de posse, pois apesar de não apresentar indicação da autoria, condiz com o posicionamento da

<sup>7</sup> Lembramos aqui que Pernambuco e Ceará estiveram sob o mesmo governo até o ano de 1799. E, mesmo após a separação, as relações políticas permaneceram, estiveram juntos na Revolução Pernambucana (1817), na Confederação do Equador (1824), na articulação em prol do estabelecimento da maioria de D. Pedro II (1840). Após 1840, com a centralização do poder, simbolizada por D. Pedro II, a visibilidade política das duas províncias diminui, pela distância do centro político da nação.

grande maioria dos afiliados do Instituto. Assim: “A’ parte divergencias de criterio na apreciação das cousas, o ‘Instituto do Ceará’ acaba de ter uma victoria. Saudando o novo lutador, nada mais posso fazer do que apontar lhe a liça. Seja bem vindo” (SOUSA BRASIL FILHO, 1889, p 117). É perceptível, pelo citado, que mesmo com posicionamento distinto, o Instituto reconhece o valor do novo sócio e o recebe na mesma.

Com o fim do Império, com a Constituição de 1891 e com a separação entre o Estado e a Igreja, o processo de laicização, já evidente na sociedade, é firmado por lei. A política conservadora e a Igreja, aos quais se associava a postura do Instituto, foram perdendo espaço na recém-instalada República Brasileira. Tal fato não dissipou dos homens da agremiação suas condutas e ideais cristãos, exemplo disto é a alocução sobre a decadência humana de sociedades laicas de um dos maiores intelectuais do estado, Barão de Studart, no *Círculo Cathólico de Fortaleza*, em 1915:

Que é feito do racionalismo de Kant, que tanto enfeitiçou os espíritos do século XIX? Onde é que impera a moral positivista de Comte? Onde frutificaram os princípios moraes do materialismo de Büchner? Nas sociedades em dissolução, nas civilizações em decadência. Essas escolas cahiram em nome da propria razão porque nasceram, a sciencia; foi a sciencia que revelou a inanidade dos seus principios, o vacuo de suas affirmativas. Entretanto, a moral christã, a moral do Evangelho, contra a qual se assanharam as iras de todas essas doutrinas, ahi está firme, inabalável, serena e bella, exemplo da immortalidade em meio a nossa fragilidade terrena, sobrevivendo, eternos e fecundos ensinamentos, único e possível alicerce das civilizações. (STUDART, 1915, p. 4)

Havia no Instituto do Ceará a tentativa de manter ciência e fé unidas, desde que a primeira não se sobrepusesse à segunda. Justamente por acreditarem na superioridade da fé, a maioria das publicações da agremiação era de documentos ou, quando muito, textos biográficos, com o mínimo de interferência do autor, o que, segundo Eduardo Lúcio G. Amaral demonstra o pudor em confundir os espaços da fé e da ciência (AMARAL, 2002, p. 47).

Possivelmente, outra situação que dificultou os caminhos do Instituto do Ceará foi a morte do Barão de Studart no final da década de 1930. Sua dedicada atuação como pesquisador e compilador de documentos sobre a história do Ceará lhe conferiram grande destaque entre os membros do Instituto e o reconhecimento de seus companheiros ainda em vida. Sobre o barão, disse Thomas Pompeu Sobrinho:

Como sustentáculo do INSTITUTO DO CEARÁ, agremiação cultural que já venceu mais de meio século de preciosa vida e proibidoso labor, levando ao mundo inteiro a contribuição honesta e desinteressada do nosso esforço no setor das indagações geo-históricas e etnológicas, foi insuperável o Barão de Studart. Isto lhe valeu o honroso título de PRESIDENTE PERPÉTUO DO INSTITUTO, com que, já há

anos, resolveram os sócios do respeitável sodalício demonstrar a sua admiração e o seu reconhecimento pela inextinguível dedicação, pela energia, pela constância e pela inteligência postas sem restrição ao serviço da velha instituição. (A PALAVRA, 1938, p. 110-111)

Com a morte de seu principal membro, o Instituto do Ceará, através de seus associados, tomou para si o epíteto de *Casa do Barão de Studart*, reconhecendo a importância daquele intelectual. Além da perda de seu principal membro, a dificuldade seguinte enfrentada pela agremiação de letrados, foi a criação de nova instituição, a Universidade Federal do Ceará, que disputaria o posto de mais importante círculo de pensamento do Estado<sup>8</sup>. Apesar da impossibilidade de superar a nova instituição, o Instituto permanece em funcionamento, manteve suas publicações ininterruptamente, sua revista encontra-se no tomo CXXIV.

## DOCUMENTOS DO SÉCULO XVII E MITOS SOBRE O DESCONHECIDO: AS CARICATURAS INDÍGENAS

De acordo com os objetivos dos Institutos Históricos no Brasil e sua finalidade de criar e fundar a história da nação e o sentimento nacional, o Instituto do Ceará inicia sua função apresentando documentos sobre a história mais antiga da Província. As fontes eram desconhecidas e, por isso, poderiam parecer numerosas sendo grandes as dificuldades para realizar a coleta de material. Os membros do Instituto agiam por conta própria, não havia nenhum tipo de incentivo ou colaboração financeira do governo para as despesas com viagens, estadias ou cópias de documentos. Ainda assim, recorrendo aos arquivos locais, nacionais e estrangeiros, os intelectuais do Instituto foram aos poucos “fundando a história local” e compilando inúmeros documentos sobre os primórdios das terras cearenses e de suas gentes. Material disponibilizado, atualmente, nos arquivos do Instituto do Ceará.

Em sua maioria, os membros da agremiação dividiam suas atividades pessoais com a pesquisa, coleta de documentos e produção dos textos para a Revista do Instituto do Ceará. Entre eles, o Barão de Studart, como comentamos, se destacou pela dedicação, trabalho e

<sup>8</sup> A fundação da Universidade Federal do Ceará data do ano de 1954, sendo constituída pela união da Faculdade de Direito, Faculdade de Farmácia e Odontologia, Escola de Agronomia, Faculdade de Medicina, todas já em funcionamento na cidade de Fortaleza. Apesar de ter diminuído a importância do Instituto do Ceará, podemos dizer que o movimento em prol da criação da primeira universidade cearense teve início dentro do próprio Instituto, pois o primeiro reitor era um dos letrados do quadro de sócios do Instituto do Ceará, desde o ano de 1943. Tendo se pronunciado sobre a necessidade da criação da universidade cearense em conferência proferida no *Instituto Brasil-Estados Unidos*, no dia 11 de novembro de 1948. O texto da citada conferência foi publicado pela Revista do Instituto do Ceará em 1949. Sobre a questão, cf. MARTINS FILHO, Antonio. Uma Universidade para o Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, v.1, Tomo LXIII, Ano LXIII, 5-19, 1949; AMARAL, 2002.



produção em prol do Instituto e da História do Ceará<sup>9</sup>. Sobre a atuação de Studart, afirma José Honório Rodrigues (1978, p. 95-96):

Na historiografia local ninguém se avantajou ao Barão de Studart, no amor ao estudo, na vastidão da pesquisa, na capacidade de realização. Desenvolvendo um esforço contínuo, persistente e positivo, procurou na Inglaterra, França, Holanda e Itália a matéria-prima reveladora do passado brasileiro.

O próprio Studart, em carta endereçada ao amigo Capistrano de Abreu, datada de 26 de junho de 1893, afirma seu interesse pelas pesquisas em história e geografia:

Eis-me aqui de novo restituído ao pátrio torrão, após uma ausência de 12 meses e volto animado para lidar como nunca por entre papeis velhos e quase ilegíveis; mudou-se o cenário apenas. Verdade é que os doentes procuram-me como dantes ou mais ainda (pois venho dalém do Atlântico e só vale o que cheira a estrangeiro, pensa o povo que trago no bôlso algum elixir de longa vida) e antepenho a tudo o exercício da profissão médica, mas estou resolvido a dar às pesquisas de história e geografia pátrias todo o tempo que dela me sobrar. (AMARAL, 2003, p.96)

Assim, temos pelas palavras do barão, reconhecido no Ceará pelas duas áreas de atuação, o exercício da medicina, em prol dos pobres, e as pesquisas de história e geografia, em benefício da história nacional e local. Sobre os louros recebidos pela pesquisa sobre a história do Ceará, ele tem o reconhecimento por sua atuação, também, de Capistrano de Abreu, em carta de 18 de junho de 1893, onde afirma:

Estimo muito que já esteja de volta a nossa boa terra, e disposto a consagrar-se cada vez mais à sua história e geografia. Já hoje é o Ceará, dos estados do Norte, o que melhor tem estudado sua história; razão de mais para afirmar e consolidar sua supremacia. (AMARAL, 2003, p. 111)

De todo o coletado por Barão de Studart e seus pares, os principais documentos relativos a história do Ceará datam dos séculos XVII e XVIII. As análises constantes nos documentos sobre os povos indígenas muito influenciaram a produção do Instituto do Ceará.

Buscando a verdade histórica, os membros da agremiação recorreram aos documentos e crônicas de viajantes com o intuito de fundar a história primeva das terras cearenses. Muitas vezes, manipulando documentos contendo imagens distorcidas dos nativos, os intelectuais assimilaram como verdade absoluta, as representações estampadas nos documentos e, assim

---

<sup>9</sup> É importante destacar que o trabalho de “historiador” no século XIX pouco se assemelha à prática da história hoje, àquela época historiador era um compilador de documentos, não fazendo parte de suas atividades o questionamento das fontes documentais ou a interpretação dos documentos, mas apenas a exposição seca, e, pretensamente, imparcial e objetiva dos documentos para conhecimento da sociedade. Esta foi a experiência de historiador do Barão de Studart e de seus pares no Instituto do Ceará.

procederam por que esta era a lógica condizente com a postura da historiografia oitocentista, marcadamente a de cariz rankiano, orientação comum a muitos dos historiadores daquele Instituto.

Sobre essa atitude, Nelson Schapochnik afirma ser necessária à verdade científica a manutenção da neutralidade e da objetividade. O autor afirma ainda, citando François Hartog, que, desta perspectiva, o lido se tornava o visto.<sup>10</sup>

Os escritos do século XVII demonstram claramente o desconhecimento das coisas da terra nova e de suas gentes, o que, por sua vez, gerava o receio pelo desconhecido e originava inúmeros mitos sobre os povos indígenas.

Essa apreensão não era privilégio de ninguém, ao contrário, era comum aos dois lados: o europeu receava o indígena; e, o indígena receava o europeu. As distinções entre os dois grupos iam muito além das diferenças físicas – as mais óbvias –, havia a cultura, os hábitos alimentares, as vestimentas e, possivelmente, o mais importante, a língua. A distinção das línguas e a variedade daquelas encontradas na terra nova foi, por certo, o que mais dificultou a aproximação, as relações e o conhecimento.

Sobre as terras do Ceará, segundo Barão de Studart, o mais antigo documento existente é a chamada *Relação do Maranhão*, dos Padres jesuítas Francisco Pinto e Luiz Figueira. Em 1903, a Revista do Instituto do Ceará publicou o texto (RELAÇÃO, 1903, p. 98). Com documento é possível perceber os indícios da relação apreensiva existente entre os nativos e os europeus. É importante lembrar que encontramos tanto o receio dos jesuítas sobre os indígenas e seus costumes, quanto o relato dos jesuítas sobre o sentimento dos nativos. Não seria possível estabelecer análise sobre a versão dos indígenas por eles mesmos, pois não possuíam escrita, restando-nos como fonte, portanto, apenas os relatos europeus.

Sobre as línguas faladas pelos indígenas, Pe. Luiz Figueira, em março de 1608, pouco mais de um ano após a viagem para a missão do Maranhão, afirma existir uma língua única falada pelos índios, ele diz: “ellas [as amazonas] como o mais gentio usão todos a mesma lingua comua do Brasil” (RELAÇÃO, 1903, p. 98). Figueira cria assim um mito sobre o desconhecido, por não ter acesso à diversidade de línguas faladas pelos povos indígenas, passando a imagem de que os nativos são todos iguais, mesmo reconhecendo a diversidade de grupos mais adiante.<sup>11</sup>

<sup>10</sup> Cf. SCHAPOCHNIK, Nelson. *As figurações do discurso da história*. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **A velha história: teoria, método e historiografia**. Campinas: Papyrus, 1996.

<sup>11</sup> Após alguns anos da experiência frustrada pela morte de seu companheiro, Pe. Francisco Pinto, na Serra da Ibiapaba, Pe. Luiz Figueira voltou ao Brasil com nova missão. Da experiência desse retorno, escreveu uma

Sobre os mitos criados em torno dos indígenas, encontramos em Figueira a referência às amazonas,

o Rio a q' chamamos das Amazonas tem a boca debaixo da linha equinocial, e tem muitas e grãdes ilhas, as quais Alamazonas são mulheres q' não admitem cosigo homens senão em certo tempo pera effeito de se multiplicarem, e logo os lâçãm fora e depois parindo filhos machos os comem e cõservão as femeas; são guerreiras e caçadoras e engenhosas de mãos p. fazerem redes m.<sup>to</sup> lavradas e tãbem seus arcos todos são pintados (RELAÇÃO, 1903, p. 98)

Apesar de descrever pormenores acerca da existência e das práticas das amazonas, Pe. Figueira informa ter ouvido histórias sobre as mulheres guerreiras de índios que afirmaram terem visto e outros que ouviram de parentes (RELAÇÃO, 1903, p. 98-99). Sobre a imagem dessas mulheres, não sabemos ao certo se os indígenas reproduziram aquela criada pelos europeus ou se eram componentes de suas crenças também.

Segundo Afonso Arinos de Melo Franco, as amazonas fazem parte do imaginário de outros tempos, não são exclusividade das terras brasileiras, diz o autor:

As formosas mulheres guerreiras passaram, no tropel da sua galopada, dos textos gregos e romanos, para os livros crédulos da Idade Média e para as páginas aventurosas dos viajantes posteriores aos descobrimentos. Na Idade Antiga e na Idade Média o reino das amazonas foi colocado em diversos pontos e ia sendo mudado, sucessivamente, à proporção que ficavam mais desvendadas as terras onde se dia que elas estavam. A partir da descoberta da América, contudo, o Brasil teve a honrosa preferência de hospedar as belas filhas e sacerdotisas da Lua. (FRANCO, 2000, p. 36)

Afonso Arinos refere-se ao alemão Max George Schmidt que, por sua vez, afirma que seres mitológicos e fantásticos fazem parte da história da humanidade desde os fenícios. Estes, para manutenção de seu comércio, criaram as sereias e os ciclopes com o intuito de dificultar, no imaginário europeu, as viagens para o Oriente, assim, além de evitar a concorrência, podiam cobrar mais pelos produtos que comerciavam (FRANCO, 2000, p. 29-30).

Além dos fenícios, existem muitos outros relatos de mitos criados como explicação para o desconhecido, entretanto, com o passar do tempo, os seres mitológicos foram relegados aos lugares distantes e desconhecidos que alimentavam o imaginário das pessoas através de fábulas. Os mitos pagãos da Idade Média, por exemplo, não foram extintos na era cristã, foram repelidos para terras não sabidas, terras de ficção (FRANCO, 2000, p. 31).

---

gramática de tupi, publicada em 1687. Cf. FIGUEIRA, Luís. **Grammatica da lingua do Brasil**. Edição fac-similar, por Júlio Platzmann, da edição de 1687. Leipzig: B. G. Teubner, 1878.

Retomando a questão do Ceará, aos poucos percebemos na correspondência do Pe. Luiz Figueira algumas distinções sobre uma dualidade dos povos indígenas, divididos em tupis e tapuias. É curioso como a diversidade está diante dos olhos do jesuíta, mas o momento vivido, o desconhecimento e as surpresas da experiência parecem embaçar sua vista, o que é compreensível, diante de toda novidade vivenciada.

O padre mesmo cita diferentes nomes de povos indígenas e refere-se ao que chama de “muitas castas de gentio” (RELAÇÃO, 1903, p.97). Além de relatar práticas culturais que distinguem tupis de tapuias.

Sobre as dificuldades de europeus e indígenas com o desconhecido, na *Relação do Maranhão*, encontramos uma passagem onde o Pe. Figueira descreve uma índia, utilizada como intérprete pelos tapuias, enviada para saber quem eram e o que eram os padres:

Vendonos esta india a primr.<sup>a</sup> vez como aquella q' nunca vira gente estava diante de nos cõ os olhos no chão sem olhar p.<sup>a</sup> nos, e dizendolhe hu indio ves aqui os padres, este he o irmão mais moço, levãtou os olhos e immediatamente os tornou a por no chão, e isto cõ medo, como ela depois q' o perdeo cõfessou, q' como ainda não fazia differença dos feiticeiros a nos, os quais feiticeiros temem e aborrecem, nem ver nos podia, porem depois falava e ria e olhava cõ alegria mostrãdo m.<sup>ta</sup> satisfação de tudo (RELAÇÃO, 1903, p. 113)

Deste modo percebemos o processo de descoberta que ocorria para os dois lados, porém, aparentemente, para os indígenas não havia interesse em fazer do branco alguém semelhante à sua imagem. O pensamento dos jesuítas era outro e com a intenção da catequização findavam por buscar a transformação daqueles povos em cristãos e civilizados, acreditando mesmo que era o melhor a fazer por eles.

A religião cristã, a escrita, o trabalho, tudo em busca de uma civilização desnecessária àquela forma de viver dos índios. Entretanto, na análise dos homens da igreja, a maneira primitiva de viver devia ser transformada para dar oportunidade de salvação àquela gente que, como disse Gândavo, “não têm fé, nem lei, nem rei: e desta maneira vivem desordenadamente” (GÂNDAVO, s/d, p. 102).

O mais curioso é o fato de serem tantos os elogios dos viajantes europeus a essa condição dos indígenas, da sua bondade natural, sua pureza e ausência de malícia e, ao mesmo tempo em que carregam tal admiração, procuram “ensinar” a civilidade, a escrita, a religião e conseqüentemente, a malícia e o pecado. Alguns europeus, como Jean de Léry, no século XVI e Claude d’Abbeville, no século seguinte, chegaram a considerar os brancos mais dados à barbárie que os próprios indígenas. Interessante apontar que, mesmo sendo o primeiro calvinista e o segundo católico, suas análises, neste ponto, coincidiam.



Sobre o aspecto religioso parece haver certa ambiguidade na análise do Pe. Luiz Figueira ao caracterizar a relação dos indígenas com seus deuses como uma relação de temor e não de amor, tal qual julgava ser a praticada no cristianismo.

À exemplo disto estavam o Pe. Pinto e o Pe. Figueira na aldeia de um índio nominado Diabo Grande, quando no céu apareceu um cometa. Alvorçados, os nativos perguntaram aos clérigos sobre o significado daquele desconhecido objeto celeste. Responderam-lhes os missionários dizendo: “ordinariamente quando aquillo [o cometa] aparecia avia morte de grandes e morubixabas” (RELAÇÃO, 1903, p. 119). Quando o principal tornou a perguntar, desta vez para saber se escaparia da má fortuna, o sacerdote de Cristo lhe respondeu: “aparelhate tu p.<sup>a</sup> seres f.<sup>o</sup> de D.<sup>s</sup> p.<sup>r</sup> q’ nos não sabemos nem da morte nem da vida” (RELAÇÃO, 1903, p. 120).

Ora, se para os padres os indígenas precisavam conhecer o amor de Deus, porque seus deuses só lhes ofereciam temor, parece descabido que o eles utilizassem do mesmo artifício para convencer os autóctones de que era necessário se fazerem filhos de Deus.

Assim, a atitude missionária não passava de uma troca de mitos: excluía os mitos da experiência religiosa dos nativos e estabeleciam os cristãos. Ainda sobre a religiosidade, há outro episódio relatado pelo Pe. Antonio Vieira, em sua *Relação da Missão da Serra de Ibiapaba*<sup>12</sup> que exalta a atuação do Pe. Pinto e a atribuição de milagres a ele, vejamos:

Era o padre Francisco Pinto mui acceito aos Indios pela suavidade do seu trato, e pelo modo e industria com que os sabia contentar; e sobretudo o fazia famoso entre elles um novo milagre, com que pouco dias antes indo o Padre a uma Missão, acompanhado de muitos, e morrendo todos a sêde em uns desertos, sendo as maiores calmas do estio, com uma breve oração que o Padre fez ao Céu, pondo-se de joelhos, no mesmo ponto chuveu com tanta abundancia que alagados os lugares mais baixos daquellas campinas que erão muito dilatadas, houve em todas ellas por muitos dias de caminho agua para todos. (EXCERPTOS, 1903, p. 161)

Outro milagre, desta vez o da multiplicação, é contato por d’Abbeville, em sua *Historia da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e suas circunvisinhanças*<sup>13</sup>. Descrevendo a cena, diz d’Abbeville:

soube dos da sua comitiva que tendo necessidade de vinho e de outras coisas, ficava um pouco atraz e levantando os olhos para cima dizia em voz bem clara – Meu Deus, meus pobres soldados precisam de vinho, ou de outra coisa qualquer, eu vol-a peço – e pouco depois trazia algumas garrafas de vinho, ou o que ele havia pedido dizendo ter recebido de Deus, o que causava geral admiração. (EXCERPTOS, 1903, p. 148)

<sup>12</sup> Encontramos o relato nos **Excerptos de varios auctores com referencia à vinda dos Padres Francisco Pinto e Luiz Figueira ao Ceará.**

<sup>13</sup> Também encontrado nos **Excerptos de varios auctores com referencia à vinda dos Padres Francisco Pinto e Luiz Figueira ao Ceará.**

Mesmo podendo haver exagero da parte do autor, percebemos a sedução, o envolvimento, provocado pelos padres na busca de novos fiéis, ademais, em tudo conformados com a orientação da doutrina.

No relato de Pe. Figueira a diferença entre tupis e tapuias parece muito clara, a selvageria é atribuída com mais afinco aos tapuias, enquanto os tupis, apesar de inconstantes, segundo sua análise, mostram-se mais acessíveis ao trato com os religiosos.

Ora, estabelecendo-se a proximidade com as etnias de origem tupi desde a chegada dos portugueses àquelas terras, sendo a língua, bem ou mal, já intercomunicável e estando parte dos costumes já conhecidos, era óbvio que a relação luso-tupi fosse mais amena. Vale lembrar serem os tapuias, além de contrários àquele grupo étnico, contrários, também, aos portugueses, pois eram “francófilos”.

Provavelmente, aos olhos dos portugueses, os rituais mais bizarros tendiam a ser dos silvícolas de *língua travada*, dos quais quase nada se sabia. Também é provável que os usos e costumes atribuídos aos tapuias tenham chegado aos ouvidos dos padres portugueses a partir dos diálogos mantidos entre eles e os tupis, reinterando, portanto, a visão tendenciosa dos nativos aliados e, por isso mesmo, a construção do mito de uma selvageria superior, maledissentemente<sup>14</sup> atribuída aos tapuias.

Com os exemplos citados, passamos agora à análise dos escritos de alguns intelectuais do Instituto do Ceará, onde percebemos a influência, ou mesmo a adoção de impressões muito anteriores à sua própria experiência com povos indígenas.

## ANÁLISES SOBRE OS POVOS NATIVOS

Desde o primeiro tomo da Revista do Instituto do Ceará encontramos artigos que abordam, de forma direta ou indireta, os nativos da região. As questões tratadas são diversas, assim como as análises também o são.

No tomo I da Revista do Instituto do Ceará, por exemplo, temos o *Vocabulário Indígena em uso na Província do Ceará, com explicações etymologicas, orthographicas, topographicas, therapeutica, etc.*, de autoria de Paulino Nogueira, onde percebemos referências e, por vezes, a assimilação de análises bem anteriores ao seu tempo.

Paulino Nogueira ao indicar suas fontes de pesquisa aponta para os séculos XVI, XVII e XVIII, através dos textos de Gabriel Soares de Sousa, dos padres Simão de Vasconcelos e

<sup>14</sup> Por desconhecimento etnográfico e por seu peso ideológico.



Antônio Vieira, bem como de texto do Frei José de Santa Rita Durão. Além de se utilizar de concepções muito caras aos cronistas e religiosos destes séculos, ao referir-se à selvageria dos índios *jaguaribára*<sup>15</sup> e *areriús*<sup>16</sup>, ferocidade dos *apujarés*<sup>17</sup>, ou ao definir certos povos indígenas como “tapuias”, por exemplo, os índios *cariri*<sup>18</sup>, *canindé*<sup>19</sup>, *tocarijú*<sup>20</sup> e os já citados *apujarés*, mesmo reconhecendo a diversidade de concepções do vocábulo *tapúia*:

nome por que os guaranis designavam os contrarios. [...] A principio *tapuia* era o vocábulo com que se designava genericamente todo e qualquer indígena, ainda que oriundo de raça diversa [...] ou os índios vencidos pela raça invasora, a dos tupinambás... (NOGUEIRA, 1887, p. 411-412)

Outra construção complicada de Paulino Nogueira diz respeito ao conceito de *cacique*, na definição do autor: “nome que se dá ao índio de quem os da sua nação se consideram *vassalos*” (NOGUEIRA, 1887, p. 238, grifo nosso). Como definir uma expressão atribuída aos povos indígenas com um elemento tão característico da cultura europeia como o termo “vassalo”? E se pensarmos, por exemplo, nas afirmações de Gândavo e, depois de Gabriel Soares de Sousa, este último utilizado por Paulino Nogueira em seu vocabulário, quanto às ausências de *FLR* (ou seja, *fé, lei e rei*), como podemos definir cacique como um senhor de vassalos, se estes estão associados à existência de um rei?

Perdigão de Oliveira, em seu artigo *Um capítulo da história do Ceará – ligeiras rectificações*, faz referência à barbárie de tribos consideradas “tapuias”, o que corresponde às análises do século XVII. Assim, temos a passagem: “Em 26 de Junho de 1694, o capitão-mór *Fernão Carrilho* mandou fazer guerra contra os *Paiacús, Jandöis, Icós* e outros barbaros de corso, que infestavam a Capitania, despovoando os *limites* e as terras dos rios Jaguaribe e Bonabuiú” (OLIVEIRA, 1890, p. 129); o que reafirma a ideia de manutenção de saberes, ou supostos saberes, de outros tempos, devido à prática de estudiosos positivistas do século XIX.

Em textos, publicados em 1903, juntamente com a já analisada *Relação do Maranhão e, também com os Excerptos de varios auctores com referencia à vinda dos Padres Francisco Pinto e Luiz Figueira ao Ceará*, percebemos a redução dos indígenas à figura representativa da

<sup>15</sup> “JAGUARIBÁRA: horda selvagem que vagava nas proximidades do rio Jaguaribe”, cf. NOGUEIRA, Paulino. I: 1887, p. 312.

<sup>16</sup> “ARERIÚS: tribu selvagem, que habitava a bacia do Acaracú; bravia e indócil”, cf. Idem, p. 227.

<sup>17</sup> “APUJARÉS: tribu errante e feroz, descendente dos *tabajaras* e *tapuyos*, sem outras armas mais do que suas maças — páus agudos em forma de dardos”, cf. Idem, p. 219.

<sup>18</sup> “CARIRI: — tribu tapuia, rolhos, refeitos do corpo, de cabelos negros; viviam da caça e das fructas das arvores, especialmente de côcos”, cf. Idem, p.256.

<sup>19</sup> “CANINDÉ: (...) — tribu da raça tapuia, assáz bravia, difficilmente submeteu-se á aldeamento”, cf. Idem, p. 248.

<sup>20</sup> “TOCARIJÚ: tribu tapuia da serra da Ibiapaba, celebre pelo barbaro assassinato do venerando Padre Francisco Pinto (1.º catechista que veio ao Ceará) no dia 11 de Janeiro de 1608”, cf. Idem, p. 422.



imagem do bom selvagem de Rousseau, vítimas da civilização necessária. Barão de Studart, ao comentar a defesa de Pero Coelho feita por Varnhagen, afirma a existência de um diálogo encontrado na *Relação do Maranhão*, entre o Pe. Luiz Figueira e o índio Cobra Azul, sobre o tratamento dado aos naturais da Serra de Ibiapaba e ainda: “nada menos justo que o nome do capitão-mór substituir nas queixas do *pobre selvicola* o de outrem cujo procedimento fora mais incorrecto e deshumano que o delle” (STUDART, 1903, p. 59, grifo nosso).

Em outro artigo, ao narrar a conduta de Martim Soares Moreno, capitão-mor do Ceará, afirma que “por alguém da comitiva tem aviso o capitão-mór da resolução em que se encontravam Pero Coelho e sua gente: procura-os, lança-lhes em rosto o feio proceder, descreve-lhes as consequências funestas , que trará á nascente colonia um tal assalto á liberdade dos *índios tão docéis e tão submissos*” (STUDART, 1903<sup>a</sup>, p. 183, grifo nosso).

Percebemos nas passagens citadas, a permanência da imagem do bom selvagem naquele índio que a intelectualidade cearense do século XIX e início do século XX insiste em manter distante de sua vivência, como forma de afastar de si aquilo que lembra atraso e barbárie. Temos, assim, a representação do mito rousseuniano, exterminado pelo europeu para benefício da civilização do mundo e pelos intelectuais do Instituto do Ceará, em nome de sua inserção no mundo civilizado, do conhecimento e do desenvolvimento.

Utilizamos aqui apenas três exemplos dos modos de analisar os povos indígenas, mas lembramos que os pensamentos expostos são refletidos na produção do Instituto do Ceará, por longo período. Talvez, ainda hoje encontremos, nas Revistas do Instituto do Ceará, esse tipo de análise refletindo o pensamento de outros tempos.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Fontes

A PALAVRA dos do Instituto. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v. 1, Tomo Especial, dedicado ao Barão de Studart, Anno LII, 108-118, 1938.

ESTATUTOS do Instituto do Ceará. **Revista Trimestral do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v. 1, Tomo I, Anno I, 9-11, 1887.

EXCERPTOS de varios autores com referencia à vinda dos Padres Francisco Pinto e Luiz Figueira ao Ceará. **Revista Trimestral do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v.1, Tomo XVII, Anno XVII, 141-175, 1903.

NOGUEIRA, Paulino. Vocabulario Indigena – Em uso na Provincia do Ceará, com explicações etymologicas, orthographicas, topográficas, historicas, therapeutica, etc. **Revista Trimestral do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v.1, Tomo I, 209-435, 1º trimestre de 1887.





OLIVEIRA, Perdigão. Um capítulo da história do Ceará – ligeiras rectificações. **Revista Trimestral do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v.2, Tomo IV, Anno IV, , 118-154, 1890.

RELAÇÃO do Maranhão, 1608, pelo jesuíta P. Luiz Figueira enviada a Claudio Aquaviva. **Revista Trimestral do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v.1, Tomo XVII, Anno XVII, 97-138, 1903.

SOUSA BRASIL FILHO, Thomaz Pompeu de. Discurso proferido pelo Sr. Dr. Thomaz Pompêu na sessão de 12 de Março de 1889 por ocasião de sua posse de socio effectivo. **Revista Trimestral do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v.2, Tomo III, Anno III, 106-117, 1889.

STUDART, Barão de. Francisco Pinto e Luiz Figueira – o mais antigo documento existente sobre a história do Ceará. **Revista Trimestral do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v.1, Tomo XVII, Anno XVII, 52-96, 1903.

STUDART, Barão de. Martin Soares Moreno, o fundador do Ceará. **Revista Trimestral do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v.1, Tomo XVII, Anno XVII, 177-228, 1903.

## Bibliografia

ALBUQUERQUE, Luís de. **O reconhecimento do Brasil**. Lisboa: Publicações Alfa, 1989. (Col. Biblioteca da Expansão Portuguesa).

AMARAL, Eduardo Lúcio Guilherme. **Barão de Studart**: memória da distinção. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2002. (Coleção Outras Histórias, 9)

AMARAL, Eduardo Lúcio Guilherme. **Correspondência cordial**: Capistrano de Abreu e Guilherme Studart. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura, 2003. (Coleção Outras Histórias, 19).

AZEVEDO, Sânzio de. **A Academia Francesa do Ceará**. Fortaleza: Casa José de Alencar/UFC, 1971.

BARREIRA, Dolor. A Academia Francesa do Ceará. In: BARREIRA, Dolor. **História da Literatura Cearense**. (Ed. Fac-similar). Fortaleza: Instituto do Ceará, 1986.

CAMPOS, Eduardo. **Capítulos da História da Fortaleza do século XIX** – o social e o urbano. Fortaleza: UFC, 1985.

D'ALVAREZ, Martins. Academia Brasileira dos Esquecidos. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, Tomo LX, 188-197, 1946.

FIGUEIRA, Luís. **Grammatica da lingua do Brasil**. Edição fac-similar, por Júlio Platzmann, da edição de 1687. Leipzig: B. G. Teubner, 1878.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **O índio brasileiro e a Revolução Francesa** – As origens brasileiras da teoria da bondade natural. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

GÂNDAVO, Pêro Magalhães de. História da província de Santa Cruz. In: ALBUQUERQUE, Luís de. **O reconhecimento do Brasil**. Lisboa: Publicações Alfa, 1989. (Col. Biblioteca da Expansão Portuguesa, v. 14).

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.1, 5-27, 1988.



MALERBA, Jurandir (Org.). **A velha história**: teoria, método e historiografia. Campinas: Papirus, 1996.

MARTINS FILHO, Antonio. Uma Universidade para o Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v.1, Tomo LXIII, Anno LXIII, 5-19, 1949.

NOBRE, Geraldo da Silva. A gênese do Instituto do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v.1, Número Especial Comemorativo do 90º Aniversário do Instituto (1887-1977), Tomo Especial de 1977, 37-43, 1977.

PESSOTI, Bruno Casseb. Elites letradas luso-brasileiras e o discurso histórico na Bahia setecentista. In: ANAIS DO II ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL. **Mneme – Revista de Humanidades. UFRN**. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008.

RODRIGUES, José Honório. **A pesquisa histórica no Brasil**. 3. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional; MEC, 1978. (Coleção Brasileira).

SCARPARO, Marcelo Kochenborger. **História e Representações do espaço na Academia Brasileira dos Esquecidos (Salvador, 1724-25)**. 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufgs.br/bitstream/handle/10183/28960/000774118.pdf?sequence=1>>.

SCHAPOCHNIK, Nelson. As figurações do discurso da história. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **A velha história**: teoria, método e historiografia. Campinas: Papirus, 1996.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

STUDART, Guilherme. **Allocução proferida no Círculo Cathólico de Fortaleza**. Fortaleza: Typographia Studart, 1915.

WEHLING, Arno. **Estado, História e Memória**: Varnhagen e a construção da Identidade Nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

